

## AGENDA ALTERAÇÃO DO CODIGO DE MINERAÇÃO

### 1. Permitir a gestão compartilhada entre os entes federados.

Apesar da constituição prever uma competência comum, em verdade os estados e municípios podem muito pouco, e invariavelmente tornam-se meros espectadores, ficando a gestão e a fiscalização do setor mineral sob competência exclusiva da União (MME / ANM).

Isto, em parte, devido a não regulamentação até hoje do inciso XI, **do art. 23 da CF**. - “*É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;*”

#### **Proposta:**

Inserir nessa alteração do código, artigos que regulamentem o inciso XI, **do art. 23 da CF**, facultando a delegação de competências para estados e municípios participarem da gestão do setor mineral. Em princípio, instruindo na forma da lei, dispositivos que permitam a delegação de atribuições aos estados e municípios, para fazerem a regularização, via concessão, da exploração de bens minerais. Em princípio, apenas daqueles de maior relevância social, caso de minerais de uso imediato na construção civil (regime de licenciamento) e dos garimpos (regime de permissão de lavra garimpeira).

### 2) Validar instrumentos para fiscalizar a execução dos trabalhos de pesquisa na vigência dos alvarás.

**Proposta:** Instruir dispositivos que tornem obrigatório ao titular de autorização de pesquisa a apresentação de um balancete financeiro com a comprovação das despesas efetuadas, anualmente, ou, pelo menos, no ato de solicitação da renovação do alvará, incluindo ainda, a obrigatoriedade de se ter um responsável técnico pela execução dos trabalhos de pesquisa, e um ordenador financeiro, que será responsável pelo balancete.

### 3) Validar instrumentos que faculte a coexistência, ou mesmo, a sobreposição dos regimes de Autorização de Pesquisa e Permissão de Lavra Garimpeira.

A legislação pertinente e o texto constitucional asseguram e estabelecem direitos adquiridos pelos garimpeiros ao subsolo das reservas garimpeiras (fixadas segundo o art. 21, XXV, da CF), e nas áreas onde estejam atuando (Art. 174 da CF), no caso, entendendo-se como se tratando de regiões garimpeiras tradicionais.

Essa prioridade aos garimpeiros (art. 174 § 3º e § 4º) pressupõem a organização deles em cooperativas, considerada a célula que lhes faculta obter um status de representação,

imprescindível para pleitear as prerrogativas e direitos estabelecidos por lei, a começar pelos dispositivos constitucionais, caso dos artigos 21 (inciso XXV) e 174 (§ 3º e § 4º).

Atualmente, no que tange a questão do acesso a concessão do subsolo, objeto principal do rol de competências da ANM, um dos pontos críticos, diz respeito ao conflito de interesses entre mineradores, que operam sob o regime de Autorização de Pesquisa e Concessão (mineração industrial), e os garimpeiros e pequenos mineradores, que exploram sob o regime de Permissão de Lavra Garimpeira - PLG. É preciso estabelecer um marco regulatório que de segurança jurídica para ambos, uma vez que em tese, o regime de Pesquisa, demanda trabalhos prévios, onerosos, para se conhecer o depósito e definir uma reserva mineral; enquanto, a PLG, se destina justamente, para a exploração de depósitos minerais que possam ser lavrados sem trabalhos prévios de pesquisa.

Em assim sendo, este marco seria justamente para se estabelecer esses limites, pois, em tese, os dois regimes poderiam coexistir, e mesmo, se sobrepor, desde que regras objetivas fossem estabelecidas. O equacionamento dessa situação de aparente conflito entre esses regimes de aproveitamento mineral, e outros pontos de insegurança do setor, poderiam, ser aperfeiçoados, caso se editasse dispositivos e/ou procedimentos, que estabelecessem as normas para a coexistência de ambos os regimes.

**Proposta:** Instruir dispositivos estabelecendo que a ANM poderá anuir o requerimento de PLG recobrindo áreas que se encontram sobrestadas, em fase de edital, sob judice, indeferidas, em fase de renúncia, em processo de caducidade, com relatórios de pesquisa não apresentados, ou não aprovados, e outras, em situações já sem prazo para interpor recursos administrativos, ou mesmo, com alvará de pesquisa ativo, à critério da ANM.